



SE SOFRER LGBTFOBIA NA UNIVERSIDADE, DENUNCIE! O QUEER PUNITIVISTA NO CONTEXTO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

SI SUFRE LGBTFOBIA EN LA UNIVERSIDAD, DENUNCIE! EL QUEER PUNITIVISTA EN EL CONTEXTO DE PRECARIZACIÓN DEL TRABAJO

IF YOU SUFFER LGBTOPHOBIA AT UNIVERSITY, REPORT IT! THE PUNITIVIST QUEER IN THE CONTEXT OF PRECARIOUS WORK¹

Igor Leonardo de Santana Torres²
Felipe Bruno Martins Fernandes³

RESUMO: Denunciamos nesse artigo a consolidação de um *queer* punitivista, resultado da assimilação, conformismo e institucionalização da teoria *queer* na universidade brasileira nos últimos dez anos, nos moldes neoliberais. Para tal, partimos de um caso concreto em que um estudante bicha denunciou um trabalhador terceirizado, resultando em amplo apoio de grupos e coletivos *queer* à bicha e em um clamor por punição do trabalhador. A partir da articulação entre o feminismo negro, o *queer* radical e o feminismo materialista, refletimos sobre o lugar do *queer* na compreensão do mundo do trabalho em tempos de neoliberalismo e fascismo. Tomando a punição como ferramenta neoliberal de gestão da diversidade, ressaltamos a necessidade de radicalizar o *queer*, retomando seu projeto anticapitalista, antiracista e anticlassista, posicionando a luta contra o heterossexismo como instrumento de transformação social ampla.

¹ Agradecemos Frederico Fagundes Soares pela leitura sensível, críticas e revisão do texto.

² Graduando em Estudos de Gênero e Diversidade, na Universidade Federal da Bahia. Atua principalmente nos seguintes temas: feminismos, estudos queer, subjetividade, gênero e sexualidade.

³ Professor da Universidade Federal da Bahia no Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade. Líder do Gira - Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação. Mestre em Educação pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande (2007) onde, como integrante do Grupo de Estudos Sexualidade e Escola (GESE), defendeu sua dissertação sobre a construção da identidade ativista gay no Brasil. Doutor em Ciências Humanas, área de Estudos de Gênero, pela Universidade Federal de Santa Catarina (2011) (com estágio doutoral no Center for Lesbian and Gay Studies -CLAGS da City University of New York - CUNY) e integrante do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS), defendeu sua tese sobre as Políticas educacionais implementadas nas duas gestões do governo Lula, através do Programa Federal Brasil Sem Homofobia. Possui pós-doutorado em Estudos de Gênero (PPGICH/UFSC), em Anthropologie Sociale (EHESS/Toulouse) e em Antropologia da Educação (PPGAS/UFSC). Seus interesses de pesquisa são as políticas públicas de gênero e sexualidades, bem como práticas de associativismo em movimentos LGBTTT e feministas. Suas áreas principais de interesse são Ensino de Gênero, Sexualidades e Antropologia.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria *Queer*. Gênero. Sexualidade. Universidade. Punição.

RESUMEN: Denunciamos en ese artículo la consolidación de un queer punitivista, resultado de la asimilación, conformismo e institucionalización de la teoría queer en la universidad brasileña en los últimos diez años, en los moldes neoliberales. Para ello, partimos de un caso concreto en el que un estudiante bicha denunció a un trabajador tercerizado, resultando en un amplio apoyo de grupos y colectivos que a la cola y en un clamor por castigo del trabajador. A partir de la articulación entre el feminismo negro, el queer radical y el feminismo materialista, reflexionamos sobre el lugar del queer en la comprensión del mundo del trabajo en tiempos de neoliberalismo y fascismo. Con el castigo como herramienta neoliberal de gestión de la diversidad, resaltamos la necesidad de radicalizar el queer, retomando su proyecto anticapitalista, antiracista y anticlassista, posicionando la lucha contra el heterosexismo como instrumento de transformación social amplia.

PALABRAS CLAVE: Teoría Queer. Género. Sexualidad. Universidad. Punición.

ABSTRACT: We denounce in this article the consolidation of a punitive queer, resulting from the assimilation, conformism and institutionalization of queer theory in the Brazilian university in the last ten years in the neoliberal period. For this, we start from a concrete case in which a queer student denounced a precarized worker resulting in broad support of queer groups and collectives for the student and in the will of punishment of the worker. From the articulation between black feminism, radical queer and materialist feminism, we reflect on the queer's place in understanding the world of work in times of neoliberalism and fascism. Taking punishment as a neoliberal tool for diversity management, we emphasize the need to radicalize the queer, retaking his anticapitalist, antiracist and anticlassist project, positioning the struggle against heterosexism as an instrument of broad social transformation.

KEYWORDS: Queer Theory. Gender. Sexuality. University. Punishment.

Introdução

Em outubro de 2017, um estudante *queer*, autodeclarado “bicha”, foi jantar no Restaurante Universitário (R.U.) de uma universidade pública no Nordeste do Brasil. Sentou-se para comer e foi surpreendido por outro rapaz que perguntou: “*você ouviu o que funcionário falou quando te viu? Que aqui [no R.U.] só tem viado e maluco*”. A princípio, o estudante nada fez. Entretanto, ao terminar a refeição, foi inquirir o funcionário, dessa vez acompanhado por uma doutoranda que o convenceu a abrir uma notificação institucional. Em grupo dirigiram-se ao funcionário e apresentaram seu descontentamento e disseram que fariam uma denúncia institucional, ao que ele negou o ocorrido. Toda a situação foi relatada pelo estudante nas redes sociais, tornando-se um

fato público e político interpretado como mais uma violência sofrida por lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT) nos espaços educativos, particularmente do ensino superior.

A postagem nas redes sociais teve seu efeito. Evocou diversas propostas de como responder à situação, vista como parte dos retrocessos vividos em um momento de pânico moral⁴ em relação ao gênero e à sexualidade, dentre elas: 1) a notificação do ocorrido junto às instâncias competentes da universidade; 2) o monitoramento do comportamento dos funcionários diante de questões de gênero e sexualidade; 3) a proposta de um beijaço em frente ao R.U.; 4) a elaboração de uma ação educativa para os funcionários terceirizados e, por fim, 5) a escrita sobre o ocorrido, tomando-a como forma de dar sentido à violência sofrida.

Dentre as cinco propostas, as que mais motivaram os internautas aderem ao paradigma punitivista. Ou seja, o funcionário terceirizado foi visto como “*homofóbico*” e, como tal, devia responder pelos seus atos, com ênfase na sua demissão. Comentários como “*o assunto não [pode] morr[er] sem resolução*”, também de estudantes gays e lésbicas, se mostraram os mais populares. Paralelo a isso, observamos também muitos comentários que faziam menção à posição social dos funcionários terceirizados, reafirmando uma clivagem de classe. Assim, mesmo que em ambos os lados tenhamos sujeitos racializados, os funcionários terceirizados da universidade foram posicionados na base da hierarquia social por esse tipo de comportamento – a *homofobia*, o que reforça, dessa forma, o classismo. Apontou um dos comentadores: “*viados e malucos com ensino superior que se esforçam diariamente para se qualificar para ganhar a vida com pesquisa científica para não ter que ser terceirizado no R.U. e ganhar um [salário] mínimo?*”.

Esse caso nos levou a refletir sobre duas dimensões: 1) como a teoria *queer* aborda as questões do trabalho e sua precarização e 2) como posições homonacionalistas (cf. PUAR, 2015) emergem no cotidiano universitário, a partir da adesão da comunidade *queer* ao paradigma punitivista. Para tal, faremos uso de revisão de literatura com ênfase nas recentes contribuições de teóricas/os *queer* sobre

⁴ Segundo Gayle Rubin (1984, p. 163), “pânicos morais são o ‘momento político’ do sexo, em que atitudes difusas são canalizadas em ação política e a partir disso em mudança social”. A autora mostra que esse fenômeno surge de uma movimentação já em curso sobre determinada temática por setores contrários que utilizando de representações sociais excludentes e alimentados por um imaginário estigmatizante, promovem ações contra causas específicas que, de alguma forma, mexem com o conjunto de valores sociais de determinada época. As atuais invasivas contra o que se denominou equivocadamente por “ideologia de gênero” são um exemplo evidente de pânico moral e de como se dá sua elaboração.

neoliberalismo, trabalho e precarização. Por fim, apontamos a agenda de direitos LGBT, em voga atualmente, como posição que se beneficia do classismo e do racismo para produzir o *bom homossexual*, ou seja, aquele aceito pelo Estado e pela Nação – que ultimamente o *faz viver* – e também aquele que pode “denunciar” e acompanhar os desdobramentos de sua “denúncia”, sempre contra um “inimigo” interpretado como *heteroperigoso*.

Das movimentações LGBT ao *Queer* Radical

As homossexualidades e as identidades de gênero trans* são dimensões da existência consideradas inferiores, abjetas e anormais (FOUCAULT, 1988; BUTLER, 2003, 2005). Esse posicionamento faz com que milhares de pessoas não-conformes com valores de gênero e sexualidade tenham suas vidas marcadas pela violência, opressão, exclusão e discriminação. Os valores de gênero e sexualidade que sustentam a heterossexualidade enquanto norma social têm respaldo na família, justiça, medicina, educação e governo. Desta forma, gays, lésbicas, bissexuais, pessoas trans* binárias e não-binárias acabam por estruturarem suas subjetividades em resposta à forma como a sociedade os constrói.

Nesse tópico, analisaremos primeiro a gênese do movimento LGBT e a construção de uma corrente hegemônica assimilacionista para, depois, compreender como a corrente *queer*, em princípio antiassimilacionista, está sendo capturada pelo neoliberalismo. Nos posicionamos assim como *queer* radicais, anti-capitalistas, anti-neoliberais, anti-modernos e afeitos da transformação da intimidade.

Gênese do Movimento LGBT

Resultante das mobilizações globais de minorias nos anos 1960 e 1970, surge o movimento LGBT que, ao longo das últimas décadas, tem influído na cena pública, em busca da transformação dos valores de gênero e sexualidade que produzem exclusão. Os sujeitos desse movimento são pessoas que, antes dessas mobilizações, não alcançavam visibilidade política, de modo que suas demandas não se convertiam em agendas de direitos. Com o deslocamento dessas posições de sujeito do lugar de desvio ou perversão para uma posição eminentemente política e de ação pública, o movimento

LGBT se tornou um dos mais relevantes na atualidade e suas pautas e estratégias sofreram importantes clivagens ao longo dos últimos 45 anos.

Durante os anos 1980, vimos a emergência de um movimento focado na solidariedade, particularmente na prevenção e assistência à aids (PARKER, 2002; BASTOS, 2004), o que se seguiu, nos anos 1990, por uma colaboração/cooptação de seus sujeitos pelo Estado e pela sua institucionalização por meio de organizações não-governamentais (ONGs) (FACHINNI, 2012). Já nos anos 2000, tornou-se impossível falar em um movimento LGBT unitário, uma vez que, com toda a bagagem política alcançada desde a sua gênese nas mobilizações dos anos 1960, diferentes pontos de vista e posicionamentos sobre importantes questões passaram a organizar grupos e coletivos.

Ainda que tenha adquirido um status heterogêneo, o Movimento LGBT, em sua atuação política, não conseguiu dar conta de atender às demandas de todos os sujeitos políticos que dele faziam parte ou aos quais se buscava representar. No cerne de toda essa heterogeneidade, transcorriam relações de poder no que diz respeito às disputas protagonizadas pelos diferentes grupos e coletivos do movimento: disputas de agendas, pautas, estratégias e mesmo identidades. Em termos gerais, o tom precípua da política LGBT *mainstream* era marcado por uma estratégia de normalização e reivindicação de direitos a partir do paradigma da igualdade. Isso produziu um movimento hegemônico cujo foco central era a busca de inclusão, o que levava seus sujeitos à assimilação, ou seja, à aproximação às normas de gênero e sexualidades. Tentava-se mostrar que LGBTs eram tão “normais” quanto os heterossexuais e poderiam assumir um estilo de vida aos moldes da heterossexualidade.

Esse movimento LGBT assimilacionista levou à formatação de uma cartilha das vivências sexuais e de gênero, parametrizando um modelo aceitável de homossexualidade: branca, de camadas médias, com ideais de masculinidade e feminilidade afeitos às normas hegemônicas de gênero. Tal padrão seria mais palatável ao gosto social e sua reprodução facilitaria o sucesso das agendas políticas dessa corrente do movimento. Nesse sentido, a identidade se tornava uma questão central, “o princípio, o código de sua existência, [...] num retorno a uma forma de ética muito próxima à da heterossexualidade tradicional” (FOUCAULT, 2004, p. 265-266) e, com isso, passou a ser valorizada em detrimento de posições que denotavam visível transgressão. A imposição de uma identidade comum como parâmetro e estratégia política é restritiva, ou seja, não é suficiente para representar as múltiplas experiências

sexuais e de gênero existentes, além de se sustentar mediante discursos essencialistas e excludentes. Não à toa, o movimento também passou a se caracterizar pela sua hipercentralidade nas identidades gays e por uma invisibilização das demandas dos sujeitos representados pelas demais letrinhas da sigla.

Divisões da Teoria Queer: Radical e Assimilacionista

A Teoria *Queer* caracteriza-se por seu surgimento a partir de posições de enunciação subalternizadas/minoritárias, fundamentalmente distantes das normas hegemônicas, e por sua estratégia de ação descrita pelo movimento de marcação, nomeação e crítica, desde as subjetividades periféricas, da normalidade instituída pelos regimes de gênero e sexualidade (BOURCIER, 2016). Como teoria dos corpos abjetos, desponta formalmente no início dos anos 1990 como forma de enfrentar, tal como o romantismo intelectual, os valores da modernidade – fixidez, universalidade, naturalismo, racionalismo, progressismo e capitalismo, dentre outros (cf. DUARTE, 2012). Situada no espaço de crítica pós-moderna, produz uma alternativa que pode ser entendida como mais sensível, maleável, mas nem por isso menos complexa; uma alternativa aos estudos sobre gênero e sexualidade que se propõe aberta às desconstruções e reconstruções inerentes ao processo de conhecimento feminista, atrelada, assim, ao movimento mais amplo de guerra aos paradigmas modernos, cujas ferramentas de enfrentamento são, como apontou Luiz Fernando Dias Duarte (2012, p. 421), o enfoque na “subjetividade, criatividade, espontaneidade, espírito, fluxo, experiência, pulsão, vida, totalidade [e] singularidade”.

Ao ser institucionalizada nas universidades brasileiras nos últimos dez anos, a teoria *queer*, de caráter anarcocontestatária, tomou rumos diferentes de sua proposta inicial. Se a produção intelectual e eminentemente política de seus sujeitos previa uma posição marginal e radical, hoje é exatamente o contrário que vemos materializado na universidade, em uma perspectiva hegemônica e assimilacionista. Assim, divisões dentre teóricos autodeclarados *queer* se produziram, dentre elas, uma cujo foco é o princípio anticapitalista. Nesse sentido, há no Brasil um *queer* anticapitalista, mas também um *queer* conformista, cuja prática visa “sentar-se à mesa” junto com o Estado e a polícia. Consideramos, assim, o *queer* radical como uma série de práticas e teorizações que criticam os paradigmas de produção de subalternidade, a ordem de gênero e os regimes sexuais, em um contexto neoliberal de precarização do trabalho e exaltação nacionalista (BOURCIER, 2016).

À diferença do capitalismo tardio liberal, o neoliberalismo faz uso da diversidade, particularmente do gênero e da sexualidade. Os esforços neoliberais para conformar e assimilar o *queer* partem da adesão de setores autodeclarados *queer*. Assim, aceita-se a agenda de combate ao heterossexismo com a condição de que se mantenha subalternizada uma grande parcela da população que é racializada e migrante: no Brasil, os negros, na França e países europeus, os árabes, por exemplo. Há, portanto, na teoria *queer*, da mesma forma como na gênese do movimento LGBT, diferentes correntes – a hegemônica/institucionalizada tem contribuído para a consolidação de uma perspectiva branca e punitivista no Brasil. O capitalismo, dessa forma, mantém-se firme em sua capacidade de gestão das agendas de gênero e sexualidade.

O efeito prático dessa teoria *queer* dominante no Brasil é a reificação do racismo e do classismo, com diferenças e semelhanças do mesmo fenômeno em outras partes do globo. Como apontam Paola Bacchetta, Jules Falquet e Norma Alarcón, os “efeitos de apagamento [do debate racial] e dessa múltipla marginalização na análise [*queer* hegemônica] é que o sujeito *queer* que ela postula é sempre um sujeito dominante sob o plano da raça, da colonialidade e da classe” (2011, p. 09, tradução nossa). Como afirma Gracia Trujillo (2016, p. 85, tradução nossa), “é certo que o termo pode soar até *cool*, moderno, branco, anglo-europeu”, sendo preciso um esforço contínuo de manutenção do potencial crítico dos estudos/movimentos *queer*, resgatando sua potência como “chave de resistência, transgressão, olhar interseccional e crítica decolonial” (id., p. 87). Assim, como defendemos neste texto, essa retomada envolve fundamentalmente uma perspectiva anticapitalista, contra o complexo industrial-prisional e seus desdobramentos na precarização do trabalho e na reprodução (mesmo dentre correntes autodeclaradas progressistas) do paradigma punitivista.

O branqueamento da categoria interseccionalidade é uma das formas que a reificação do racismo e do classismo se manifesta na teoria *queer* brasileira. Essa categoria, surgida no feminismo negro estadunidense, se tornou, como aponta Sirma Bilge (2015), o maior consenso feminista dos anos 2000. Seja em tratados internacionais sobre o combate às desigualdades de gênero, seja nas pautas de movimentos populares de mulheres, essa categoria se apresenta como chave que demonstra a complexidade da cristalização do poder que se materializa em valores e práticas sexistas, racistas e classistas. Desta forma, para Houria Bouteldja (2017), a categoria interseccionalidade é uma “divindade de três cabeças” copiada pelo

feminismo *mainstream*, que a usa para mostrar sua sensibilidade com as questões raciais quando, em verdade, seria mais fácil usar a própria noção de raça.

Na medida em que os corpos *queer* existem dentro da estrutura capitalista e são apropriados e descartados por ela, há que se pensar em uma teoria que seja capaz de compreender essa relação direta entre o gênero e a sexualidade e a precarização do trabalho. Paola Bachetta (2015, 2009), ao propor uma revisão e atualização do conceito de interseccionalidade, propõe que os três diferentes eixos deste não são camadas que se sobrepõem, mas, ao contrário, são formações interdependentes que produzem situações contextual e historicamente singulares. Para solucionar esse impasse, a autora propõe que a opressão se dá numa relação de coformação, em que haveria não uma sobreposição, mas uma coconstituição das dimensões sociais através da inextricabilidade existente entre categorias como raça, classe e gênero. Nesse sentido, o *queer* radical, que compreende o neoliberalismo como produtor de sistemas de opressão, se contrapõe ao *queer* institucionalizado, na medida em que assume o punitivismo como ferramenta do assimilacionismo e do conformismo, uma vez que, como apontam Angela Davis (2003a; 2003b) e Chris Vargas e Eric Stanley (CRIMINAL, 2013), a punição é uma forma de racialização, generificação e sexualização, uma norma racial, sexual e de gênero, que cria novos padrões de subalternidade para negros, mulheres e LGBT. Assim, a raça e o gênero não são efeitos da punição, mas o contrário – estruturantes do sistema.

Sobre os Conceitos de Classismo e Racismo: uma perspectiva decolonial

A raça, a classe e o gênero não podem ser vistas como categorias unas e puras nas quais elementos de uma poderiam ser tomados individualmente em relação a outra. De acordo com Paola Bachetta (2015; 2009), há sempre poderes que se escondem por detrás do que nos é visível enquanto analisamos a sociedade em determinado contexto. Em outras palavras, não há raça desgenerificada ou gênero desracializado e também não há sexualidade desracializada ou desgenerificada – isso sem contar a dimensão de classe, que deve seguir essa mesma proposta.

Nos propomos a indagar quais são esses poderes que passam despercebidos em determinadas relações, ou seja, como pensar um corpo generificado sem levar em conta que, nessa generificação, estão inseridos referenciais paradigmáticos de raça e classe?

Eis o questionamento que fazemos: como separar a discussão sobre as dissidências sexuais e de gênero das questões de classe e raça, se o corpo *queer* hoje tenta se configurar, dentre outras formas, como branco e de camadas médias, com pertencimento identitário assimilacionista e conformista como condição de acesso menos precário a uma agenda de direitos? Se o *queer* que aqui denominamos punitivista, ora indiferente a essas imbricações, não oferece meios para uma crítica e reflexão, faz-se necessária outra epistemologia que atenda aos questionamentos presentes em nossas análises. É por isso que articulamos, nesse artigo, teóricas do feminismo negro, teóricas *queer* radicais e feministas materialistas que pensam o trabalho como tentativa não de esgotar o debate, mas de promovê-lo, buscando linhas de fuga à assimilação e ao conformismo que vemos nos coletivos *queer* institucionalizados em nossas universidades.

Na contramão desse embranquecimento e capitalização do *queer*, vemos as teorias feministas e *queer* decoloniais e a crítica *queer* de cor, as quais surgem a partir de uma mirada anti-imperialista, antirracista, anticapitalista que, em suas análises, não separa fatores como colonialidade, racismo, escravização, exploração de classe, gênero e sexualidade. Voltam-se, portanto, para a elaboração de uma crítica ao colonialismo e aos efeitos desse sistema nos diversos âmbitos da vida (BACCHETTA; FALQUET; ALARCÓN, 2011).

Como afirma Ochy Curriel, “se descolonizar supõe reconhecer as produções teóricas e práticas subordinadas, racializadas e sexualizadas, então é incontornável reconhecer as mulheres [e *queers*], cujas lutas concretas têm sido a base das teorias” (2007, p. 123, tradução nossa). Nesse sentido, pensar o colonialismo, especialmente em contexto brasileiro, é refletir diretamente as dinâmicas de opressão de classe, raça e gênero e a exploração da força de trabalho contingenciada por essas dimensões. Por esse ângulo, não se pode negar ou invisibilizar as contribuições de feministas negras e caribenhas para a constituição desse campo teórico-crítico.

Caterina Rea levanta a hipótese de que “a crítica *queer of colour*” deve “(...) servir de ponte para o trânsito e a circulação do *queer* em direção ao Sul Global e no processo de descolonização do pensamento e das práticas militantes feministas e *queer*” (2017, p. 150-151). No entanto, não podemos esquecer que, no Brasil, o pensamento decolonial já estava em operação, sobretudo nos escritos de pensadoras como Lélia González, Sueli Carneiro e Jurema Werneck, que devem ser consideradas como teóricas decoloniais, uma vez que já teciam críticas ao feminismo *mainstream*, branco e de camadas médias. Essas feministas negras levam em consideração a) a maneira como o

colonialismo imprime sua marca nos espaços reservados às pessoas racializadas e o status sócio-econômico partilhado pela maioria da população negra; b) o surgimento do mito da democracia racial como ferramenta para embaçar a realidade fundamentada em uma hierarquia racial que fomenta desigualdades de ordem simbólica e material – mito que está profundamente relacionado com a exploração das mulheres negras, que tiveram seus corpos tanto explorados sexualmente quanto como mão de obra; e c) o projeto eurocêntrico e de homogeneização nacional (CURIEL, 2007).

Jin Haritaworn e Paola Bacchetta (2015), ao refletirem sobre a necessidade de outros eixos de análise, se colocam as seguintes questões:

por que é tão importante propor uma crítica do encontro entre o Norte e o Sul nesse momento? O que se ganha ao por em primeiro plano outros eixos, como aquele entre o Sudeste e o Sudoeste, ou os vários encontros *intra*, como aqueles entre pessoas *queer* racializadas? (HARITAWORN; BACCHETTA, p. 182, tradução nossa).

Ora, não é difícil respondê-las. Recordemos que a teoria *queer* surgiu como proposta de ruptura com os essencialismos e de crítica aos regimes de verdade e de saber/poder, bem como às imposições da cisheteronormatividade. Vemos, assim, nas teorias *queer* de cor e decoloniais, a resposta, pois elas mostram a impossibilidade de se discutir gênero e sexualidade prescindindo do debate de classe, raça e colonialidade, mormente quando aquelas pessoas que mobilizam esse aporte teórico são as principais oneradas por uma política homonacionalista. Além disso, questionam ainda profundamente todo o terreno epistemológico ocidental branco, no qual foram formulados as teorias e os conceitos de gênero e sexualidade, evidenciando o tom colonial de epistemologias que se pretendem emancipatórias.

Uma vez que “essas proposições afrontaram a colonialidade do poder e do saber”, evidenciando a necessidade de seu reconhecimento para o alcance de “uma descolonização real” (CURIEL, p. 129, tradução nossa), as teorizações surgidas no interior dos feminismos decoloniais e *queer* de cor – assim como no antirracismo, no feminismo transnacional –, conscientes do neoliberalismo, colonialismo, feminacionalismo e homonacionalismo, são vitais para repensar novas práticas políticas e estratégias de resistência e enfrentamento (HARITAWORN; BACCHETTA, 2015). Somente assim se pode articular formas de combate, inclusive, àquilo que vem se configurando como um movimento *queer* de caráter punitivista, minimamente empático – característica típica dos movimentos radicais românticos (DUARTE, 2012) – e a quem das problemáticas raciais em sua relação com a colonialidade e a produção de corpos

para o sistema prisional e exército industrial de reserva, tomando outros grupos igualmente marginalizados, oprimidos e explorados como “inimigo principal”.

Os movimentos *queer* de cor e feministas decoloniais são uma clivagem, um deslocamento radical, que recupera a radicalidade marginalizada do projeto crítico da teoria *queer* desde sua raiz, “propondo uma teoria e uma análise social global e difundindo conhecimentos e políticas em contato direto com movimentos e lutas contra o neoliberalismo, a globalização, a imigração [e a colonização]” (BOURCIER, 2016, p. 04, tradução nossa). Assim, afirmam que seu “objetivo é transformar as sociedades e as culturas que marginalizam as pessoas, as culturas e as comunidades *queer*”, com atenção às suas múltiplas posições identitárias e as relações de poder que as atravessam (id., p. 04, tradução nossa). De forma semelhante, esses movimentos estão em sintonia com um horizonte romântico de crítica e ação político-epistemológica, além de se posicionarem em direção à “derrocada de uma configuração ‘moderna’ dos saberes sociais” (DUARTE, 2012, p. 419) e dos valores neocarcaicos (BOURCIER, 2015), dentre os quais notadamente evidenciamos o punitivismo.

O “Mundo do Trabalho” na Perspectiva *queer*

A dimensão do trabalho e todas as relações que o cortam têm lugar central nas análises feministas e *queer* das mais variadas correntes. Entretanto, as correntes do feminismo materialista francês e do feminismo do ponto de vista anglófono, surgidas no final do século XX, são reconhecidas como aquelas que mais se detêm sobre a temática. Assim, as reflexões *queer* são acusadas, muitas vezes, de um “culturalismo” e “individualismo extremado”, considerando que se centram nas práticas e transgressões corporais, como se esse foco não tivesse a amplitude necessária para pensar o trabalho em um contexto de precarização. Neste tópico, introduziremos, de forma resumida, a reflexão feminista mais aceita – materialista e do ponto de vista – sobre o trabalho para, posteriormente, apresentarmos os pressupostos da emergente Teoria *Queer* do Trabalho, com o pensamento de Sam Bourcier e Jules Falquet, apontando para encontros e distanciamentos entre ambas as visões.

Para os feminismos materialista e do ponto de vista, a divisão sexual do trabalho divide os seres humanos em duas classes sociais – a dos homens e a das mulheres. Segundo essas teorias, são as relações de poder que criam a mulher e o homem em termos sociais (e não biológicos) e definem as condições pelas quais um sexo social se

apropriada do trabalho do outro. Nesse sentido, a desigualdade entre os gêneros se assenta na exploração do trabalho reprodutivo da classe das mulheres pelos homens – legitimada por uma ideologia de natureza (cf. GUILLAUMIN, 1978) que tem na heterossexualidade um de seus dispositivos de sustentação (FALQUET 2014a; 2014b). A divisão de homens e mulheres posiciona os primeiros como produtores, isto é, atuantes na esfera produtiva da vida, e as segundas como reprodutoras, ou seja, destinadas às competências do cuidado (com filhos, marido, família) (KERGOAT, 2002). Assim, “o trabalho é [...] o desafio das relações sociais de sexo. Não se trata aqui apenas do trabalho assalariado ou mesmo profissional mas do trabalho enquanto ‘produção de vivência’” (id., p. 50).

O feminismo materialista e do ponto de vista não devem ser vistos de maneira uniforme. No seu interior, há diferenças teóricas e políticas. Nesse campo heterogêneo, podem-se destacar, dentre alguns, os materialismos cultural, marxista, *queer* e pós-moderno (BIDET-MORDREL et al, 2016, p. 09). Não seguiremos à explanação de cada corrente, pois aos propósitos do artigo, não é pertinente destrinchar cada uma das vertentes. Apesar dessa pluralidade, o guarda-chuva “feminismo materialista” indica alguns princípios básicos, que o caracterizaria como uma epistemologia que coletivamente teoriza as categorias de sexo como classe social desde os princípios do materialismo, assim como no marco dos *rappports sociaux* de exploração, despossessão ou apropriação, utiliza as ferramentas do marxismo para pensar o gênero e suas imbricações com outras categorias (id.).

O enfoque dado aos *rappports sociaux de sexe* (cf. MATHIEU, 1991), que são, dessa forma, relações estruturais, suscitam diversas críticas por parte de teóricos *queer*. Esses últimos apontam a rejeição a pensar o corpo e a subjetividade, como vimos, ferramentas fundamentais à crítica aos valores da modernidade. Ainda que o feminismo materialista e do ponto de vista tenham tido um papel pioneiro na proposição de um conceito que capta a dimensão sócio-histórica das categorias de sexo e gênero, sua conceituação cria um grande binarismo hermético – a classe social dos homens e a classe social das mulheres, desatentando para as microrrelações e os agenciamentos que ocorrem nesse território de micropoderes que fissuram e negam em certa medida as investidas das estruturas. Conforme Sam Bourcier (2016), o feminismo materialista francês não se ocupava de outra questão senão a da opressão, dispensando as dimensões da subjetividade e da resistência. Ao que parece, o corpo só ganha destaque no feminismo materialista e do ponto de vista na medida em que serve de objeto de crítica

sobre a sua suposta naturalidade biológica, sendo, então, situado como um investimento sócio-cultural permeado por relações estruturais de poder.

Na medida em que as materialistas e feministas do ponto de vista partem de uma atenção demasiada nas macrorrelações, sua teoria é fundamentalmente não *coformacional*, para usar a reflexão de Paola Bachetta (2015), apesar de todos os esforços para a inserção de categorias como raça e colonialidade nas análises. Isso se dá porque, ao negar a dimensão da experiência cotidiana, não se leva em consideração a natureza contextual das relações de poder, premissa básica da reflexão interseccional.

Defendemos, então, a posição de que é impossível pensar classe e trabalho sem levar em consideração o corpo e a subjetividade. Ignorar essas dimensões, numa tendência estrutural, enfraquece a análise e a ação sobre os arranjos das posições de trabalho na sociedade contemporânea. Seriam o corpo e a subjetividade matérias passíveis de serem deixadas de lado independentemente de como se expressam?

Abster-se de discutir corpos e subjetividades na análise do trabalho, a partir da perspectiva binária das classes sociais de homens e mulheres, precariza particularmente os corpos *queer*, principalmente aqueles cujas performatividades de gênero não se conformam às expectativas hegemônicas de construção de corpos. Os corpos que são explorados e precarizados pelo capitalismo o são em função da forma como se apresentam. Assim, a massa de “desempregados” e “precarizados” não é homogênea, mas plural. Em outras palavras, a exploração e a precarização, no trabalho, se dão diferencialmente, através dessa multiplicidade de posições em que dados corpos se situam. Um exemplo disso é a realidade de travestis e pessoas trans* que, quando acessam o mercado formal de trabalho, o fazem através de subempregos e serviços precarizados.

No âmago das transformações neoliberais e da passagem de sociedades de controle para sociedades disciplinares e biopolíticas, o corpo, a sexualidade e a subjetividade adquirem um status ainda mais pertinente na análise do trabalho, ao passo que novos regimes de produção de verdades e subjetivação dos corpos vão se constituindo. Se no século XVIII, o regime de verdade era a confissão, hoje, o mercado encarrega-se também dessa função, na conformação do *bom homossexual* (BOURCIER, 2016). Segundo Sam Bourcier (2015, p. 33), no liberalismo multicultural, há uma “reconfiguração etnossexual do sujeito”, uma mudança do status do homossexual, que passa a ser produtor e ter um valor no capitalismo neoliberal. “Os neoliberais mudaram sua relação em relação às minorias, os particularismos culturais e políticos. Não mais a

guerra, mas um viva à gestão da ‘diversidade’ ao nível nacional e transnacional” (id, 2016, p. 07, tradução nossa). O objetivo da universidade – e do liberalismo – com a gestão da diversidade é o de constituir as minorias sexuais como mão de obra e “não [de] favorecer sua afirmação cultural, dá-las acesso à sua história, lutas políticas e corporais” (id., 2016, p. 07, tradução nossa).

Não se trata mais de execrar todo homossexual. De certo, aceita-se apenas o bom homossexual, aquele da vida pública e do mercado. A intenção é, percebendo-o como mão de obra, usar de sua posição em benefício do capital neoliberal, no exercício de uma “tolerância produtiva” (BOURCIER, 2015). A absorção das pautas LGBT pelo mercado e gestão da diversidade são movidas por esse escopo. Discutir LGBTfobia, nesse sentido, dentro da dinâmica de gestão da diversidade, tem um duplo efeito: da mesma forma que tem como alvo o aproveitamento de corpos produtivos, a depender da forma pela qual essa política antidiscriminação é gestada, fomenta a produção de novos níveis de subalternidade, como o desemprego e a exclusão do outro LGBTfóbico, que na grande maioria das vezes é racializado e pobre – e não um branco de camadas médias. É por isso que uma denúncia de LGBTfobia em um contexto universitário é mais eficaz contra um funcionário terceirizado ou de baixo escalão do que quando é feita contra um docente ou funcionário de alto escalão.

É indispensável, desse modo, compreender que o racismo (no qual o punitivismo se apóia), o sexismo e outras LGBTfobias são o fundamento da democracia moderna (BOURCIER, 2016). O *queer* punitivista não pleiteia a redefinição da democracia como ela se encontra ao não se atentar às múltiplas opressões que a estruturam. Pode a crítica aos regimes de verdade pura e simplesmente promover uma transformação geral? Se não levados em consideração outros eixos de poder, como a raça e a classe, a democracia continuará sendo limitada a alguns sujeitos e manterá seu maquinário de guerra que marginaliza, atualmente, populações racializadas e migrantes em todo o mundo.

Ao se referir à situação das mulheres em algumas áreas de representação e liderança, Jules Falquet (2014b) afirma ter ocorrido um avanço, mas o credita a um rearranjo do racismo e do classismo. Da mesma forma, uma reorganização do racismo e do classismo substancia as ações do *queer* punitivista, que parece perder de vista a figura repressiva do estado e dos seus aparelhos ideológicos, bem como da ineficácia do dispositivo da punição movida por uma incitação ao denunciamento. Como bem pontua Sam Bourcier (2015, p. 41), “o ganho de direitos sempre resulta em uma transação e

[...] essas políticas de igualdade conduzem a escolher determinadas pessoas em detrimento de outras”. A gestão da diversidade pelo neoliberalismo, que suscita a produção do bom homossexual, constitui-se consoante às dinâmicas de produção de subalternidades intra e interdimensional.

A noção de reconfiguração etnossexual marca a abertura do multiculturalismo neoliberal para novos sujeitos que não se inserem nos referenciais hegemônicos de branquitude, masculinidade/feminilidade e heterossexualidade. Não só há espaço para o bom homossexual, como é reservado um lugar ao bom sujeito racializado. Assim como não se exige mais tão veementemente que se seja heterossexual, mas sim que esse bom homossexual seja instrumento da reprodução de uma vida aos moldes da heterossexualidade; ser branco não seria mais o imperativo, pelo contrário: que seja racializado, mas não perturbe o projeto da branquitude com o neoliberalismo, faça/seja parte do projeto neocolonial liberal e tenha como garantia sua porção de tolerância. Uma pessoa LGBT negra que, vítima de um comentário homofóbico na universidade por um sujeito precarizado, geralmente um funcionário terceirizado, cria uma movimentação pública para a demissão dessa pessoa e atua muito bem como o bom homossexual. O mesmo não aconteceria se essa movimentação fosse contra um funcionário de alto escalão. Sendo negra, a pessoa LGBT supramencionada atua na dupla posição, performatizando igualmente aquilo que poderíamos chamar de *bom racializado*. Dessa forma, “alguns não brancos e certos homossexuais podem participar da dominação da branquice; e a liderança da heteronormatividade não está mais reservada aos heterossexuais ou brancos, embora esteja vinculada à branquitude” (BOURCIER, 2015, p. 06).

De maneira a não incorrerem em equívocos, apontamos que esta análise não pode ser aplicada irrestritamente a toda e qualquer dissidência sexual e/ou de gênero ou contexto, sem um perscrutamento contextual do espaço e das relações que ali se desenrolam. Nesse sentido, cabe ressaltar que esse *bom racializado/homossexual* reproduz os valores neoliberais e da branquitude, mas ainda que atenuie seu grau de precariedade existencial, o fazendo às custas da acentuação da precarização de outrem, não está de forma plena e/ou efetiva inserido no trânsito de privilégios. Seu discurso-ação é tão somente organizado em função dos objetivos do sistema neoliberal e, ele mesmo, esse sujeito assimilado/conformista, é passível de descarte em outros contextos, logo que não seja mais útil ao sistema. Ele próprio é sujeito-produto dos rearranjos entre neoliberalismo, raça, (neo)colonialismo, gênero e sexualidade. Desta forma, o

homonacionalismo, enquanto prática e não enquanto posição, se reproduz a nível institucional e se encarrega da distinção entre LGBTs de cor assimiláveis e não-assimiláveis. É o Estado que cuida de fazer essa seleção (BACCHETTA, 2015).

Conclusões

O crescimento e o apoio institucional às denúncias de situações de LGBTfobia por parte de coletivos *queer* universitários deve se tornar matéria de reflexão. Por isso, a partir de um caso concreto de denúncia por uma bicha universitária, com consequências para o trabalhador terceirizado, nos propusemos a pensar como a Teoria *Queer*, eminentemente contestatória, tem se alinhado às perspectivas neoliberais através da prática do homonacionalismo.

O homonacionalismo é um campo de análise que busca dar conta, como vimos, da instrumentalização liberal da agenda LGBT na promoção de supostas democracias sociais. Utiliza-se, assim, da aceitação e da tolerância de certos sujeitos LGBT para a assimilação do *queer* pelo poder bélico e masculino, o que resulta na reprodução do paradigma punitivista. O homonacionalismo é um processo fundamentalmente racista e classista. Essa apropriação e eleição de pautas a serem visíveis, toleradas, defendidas e disputadas contempla apenas parte dos sujeitos representados pelo movimento LGBT, deixando ao largo dessas políticas uma multidão de sujeitos racializados, pauperizados e não conformes/assimilados. O processo homonacionalista, no Brasil, produz um heteroperigoso pobre e negro e são eles os afetados pela prática homonacionalista posta em execução pelo *queer* punitivista. Não é à toa que o heteroperigoso – o *homofóbico*, como dizem os coletivos *queer* – enquadrado pelas ações punitivistas contra a LGBTfobia está sempre na base da hierarquia social.

Ao teorizarmos sobre trabalho, punição e neoliberalismo, nos posicionamos como *queer* radicais. Essa posição deve se pautar pelas imbricações do gênero e da sexualidade com as questões de classe, raça e colonialidade, porquanto pode ser compreendida por se produzir a partir de uma “didática da diferença, da ironia, do estranhamento, da relativização, da relacionalidade, da solidariedade cósmica” (DUARTE, p. 421), fato que reitera sua inserção num espectro de radicalidade, dispondo-o entre “os movimentos de oposição sistemática à racionalização ocidental moderna” (id., p. 423) informada por um campo epistemológico romântico.

O punitivismo deve ser visto, portanto, como valor neoarcaico e moderno em estreita relação com o neoliberalismo, colonialismo e racismo. O ímpeto de respostas punitivistas para relações complexas exige discutir como o espaço das novas lutas compartilha ideias punitivistas sem problematizar o paradigma prisional e sua vinculação com as coformações de raça, gênero, sexualidade e classe. Gina Dent e Angela Davis (2003, p. 525) chamam a atenção para “as ligações entre a economia corporativa e a indústria da punição sob a globalização”. Acreditamos, assim, na importância de levantar as questões sobre como o mercado se beneficia de estratégias punitivistas, que atualmente têm sido reproduzidas por coletivos e indivíduos *queer* universitários, reforçando o neocolonialismo. Nosso papel é enfrentar a assimilação da teoria e da prática *queer* pelo neoliberalismo.

A Indústria de Direitos Humanos e a ideia de democracia sexual e de gênero proposta pelo neoliberalismo tornam urgente que nós avaliemos e revejamos nossas próprias ações no combate às LGBTfobias. O caso exposto no início desse artigo demonstra o quanto nós mesmas, como sujeitos *queer* vulnerabilizados em um sistema neoliberal e neocolonial, somos afetados pela capilarização do fascismo social. Não defendemos aqui a impunidade e tampouco a reprodução livre da LGBTfobia. O que argumentamos é que o paradigma punitivista, ferramenta neoliberal, tem nos feito eleger como “inimigo principal” não aqueles que impõem à força a precarização do trabalho e a vulnerabilidade a negros, mulheres e LGBT, mas nós mesmas, trabalhadores precarizados, mulheres e LGBT. Voltar-se exclusivamente aos aparatos institucionais quando o heteroperigoso está na base da hierarquia universitária se assemelha ao assimilacionismo do movimento LGBT dos anos 1990 e 2000. Nosso papel é deixarmos de nos entender como vítimas para não reforçarmos esse movimento de terror e amedrontamento, que nada mais é do que uma agenda neoliberal de gestão da diversidade⁵.

Por fim, precisamos reconhecer melhor nossos oponentes, em um exercício de autoquestionamento reiterado frente a circunstâncias, sabendo que nosso inimigo nem sempre é aquele com baixa remuneração, trabalho intensificado e vítima constante de assédio moral, mas um sistema que, como tática de manutenção, nos divide a partir da

⁵ Bruna Andrade Irineu, na conferência de abertura ministrada na Jornada do Pensamento Lésbico Contemporâneo (GIRA/UFBA, 2017), nos provoca a pensarmos em que medida nossas práticas acadêmicas e políticas têm estimulado o homonacionalismo. A pesquisadora pontua como os arranjos neoliberais e homonacionalistas se articulam na promoção de cidadanias de consolo, uma inclusão parcial de determinados sujeitos na noção de cidadania neoliberal (IRINEU, 2014).

promoção de nosso afastamento e não diálogo entre grupos precarizados e subalternizados. Concluímos com um trecho de manifesto *queer* canadense:

(...) falhamos ao tentar atuar “no sistema” ou nos termos do sistema, da forma mais espetacular e absoluta imaginável, na proteção das pessoas queer dos mais devastadores ataques que enfrentamos em uma sociedade homofóbica. Essa falha deve nos forçar, como ativistas radicais, a repensar nossa dependência, mesmo dos setores mais progressistas do estado. As estratégias do movimento LGBT hegemônico [e conseqüentemente do queer punitivista] estão cada vez mais informadas pelo capitalismo corporativo, que assim determina nossas prioridades e táticas na luta pela liberação queer.
Thom Thompson

Referências

BACCHETTA, Paola; FALQUET, Jules; ALARCÓN, Norma. Introduction au théories féministes et queers décoloniales: interventions chicanas et latinas états-uniennes. **Les Cahiers Du Cedref**, Paris, v. 01, n. 18, p.07-40, 12 dez. 2012. Anual. Disponível em: <<https://cedref.revues.org/670>>. Acesso em: 28 set. 2018.

BACCHETTA, Paola. Co-Formações /Co-Produções: considerações sobre poder, sujeitos subalternos, movimentos sociais e resistência. In: TORQUINIST, Carmen Susana *et alli*. (Org.). **Leituras de Resistência. Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis: Mulheres, 2009. p. 49-73.

BACCHETTA, Paola. Décoloniser le féminisme: intersectionnalités, assemblages, co-formations, co-productions. **Les Cahiers Du Cedref**, Paris, p.125-137, 29 set. 2015. Anual. Disponível em: <<https://cedref.revues.org/833>>. Acesso em: 28 set. 2017.

BASTOS, Cristiana. Responding to AIDS in Brazil. **Virtual Brazilian Anthropology**, Brasília, v. 01, n. 01/02, p.01-41, 01 dez. 2004. Semestral. Disponível em: <<http://www.vibrant.org.br/issues/v1n1/cristiana-bastos-responding-to-aids-in-brazil/>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

BIDET-MORDREL, Annie; GARLERAND, Elsa; KERGOAT, Danièle. Analyse critique et féminismes matérialistes. Travail, sexualité(s), culture. **Cahiers Du Genre**, Paris, v. 04, n. 03, p.05-27, 2016. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-cahiers-du-genre-2016-3-page-5.htm>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

BILGE, Sirma. Le blanchiment de l'intersectionnalité. **Recherches Féministes**, Québec, v. 28, n. 02, p.09-32, 2015. Semestral. Disponível em: <<https://www.erudit.org/fr/revues/rf/2015-v28-n2-rf02280/1034173ar/>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

BOURCIER, Sam/Marie Hélène. Le nouveau conflit des facultés: biopouvoir, sociologie et queer studies dans l'université néo-libérale française. **Sociologies**, Toulouse, v. 01, n. 01, p.02-13, 07 mar. 2016. Disponível em: <<http://sociologies.revues.org/5271>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

BOURCIER, Sam/Marie Hélène. Sexo e neoliberalismo. In: BENTO, Berenice; FÉLIX-SILVA, Antônio Vladimir (Org.). **Desfazendo gênero I: subjetividades, cidadania, transfeminismos**. Natal: Edufrn, 2015. p. 25-49.

BUTLER, Judith. **Bodies that matter: on the discursive limits of sex**. New York: Routledge, 2003.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão de identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CRIMINAL queers. Direção de Chris Vargas e Eric A. Stanley. [S.l.], 2013. (63 min.), son., color.

CURIEL, Ochy. Critique postcoloniale et pratiques politiques du féminisme antiraciste. **Mouvements: des idées et des luttes**, Paris, v. 51, n. 03, p.119-129, set. 2007. Semestral. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-mouvements-2007-3-page-119.htm>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

DAVIS, Angela Yvonne. **Are prisons obsolete?** New York: Seven Stories Press, 2003b.

DAVIS, Angela Yvonne. Racialized punishment and prison abolition. In: LOTT, Tommy Lee; PITTMAN, Jonh P (Org.). **A Companion to African-American Philosophy**. Nova Jersey: Blacwell Pub, 2003a.

DAVIS, Angela Yvonne; DENT, Gina. A prisão como fronteira: uma conversa sobre gênero, globalização e punição. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 02, p.523-531, dez. 2003. Quadrimestral. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2003000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 nov. 2017

DUARTE, Luiz Fernando Dias. O paradoxo de Bergson: diferença e holismo na antropologia do Ocidente. **Mana**, Rio de Janeiro, vol. 18, n. 3, p. 417-448, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132012000300001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 nov. 2017.

FACCHINI, Regina. "Entre compassos e descompassos: um olhar para o 'campo' e para a 'arena' do movimento LGBT brasileiro". **Bagoas: Revista de Estudos Gays**, Natal, v. 3, n. 4, p. 131-158, jan./jun. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2300>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

FALQUET, Jules. Por uma anatomia das classes de sexo: Nicole-Claude Mathieu ou a consciência das oprimidas. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 32, p.09-23, jan/jun. 2014a. Semestral. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25688>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

FALQUET, Jules; GURGEL, Telma; CISNE, Mirla. Os atuais desafios para o feminismo materialista. **Temporalis**, Vitória, v. 14, n. 27, p.245-261, jan/jun. 2014b. Semestral. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7984>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. São Paulo: Graal, 2005.

FOUCAULT, Michel. Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade. **Verve**, São Paulo, v. 03, n. 05, p.260-277, 2004. Semestral. Traduzido do francês por Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/4995>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

GUILLAUMIN, Colette. Pratique du pouvoir et idée de Nature (1) L'appropriation des femmes. **Questions Féministes**, Paris, n. 02, p.05-30, fev. 1978.

HARITAWORN, Jin; BACCHETTA, Paola. I molti transatlantici: omo-nazionalismo, omo-transnazionalismo, teorie e pratiche femministe-queer-trans di colore: un dialogo. In: BACCHETTA, Paola; FANTONE, Laura. (Org.) **Femminismi queer postcoloniali. Critiche transnazionali all'omofobia, all'islamofobia e all'omonazionalismo**. [S.l]: Faculty Book Gallery, 2015, p. 179-199.

IRINEU, Bruna Andrade. Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil. **em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p.155-178, 2014. Semestral. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/15088/11438>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

PUAR, Jasbir. Homonacionalismo como mosaico: viagens virais, sexualidades afetivas. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, Aveiro, v. 03, n. 01, p.297-318, 2015. Disponível em: <<http://estudosculturais.com/revistalusofona/index.php/rlec/article/view/217>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

KERGOAT, Danièle. A relação social de sexo da reprodução das relações sociais à sua subversão. **Pro-posições**, Campinas, v. 13, n. 01, p.47-59, jan/abr. 2002. Quadrimestral. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643968/11424>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

MATHIEU, Nicole-claude. **L'anatomie politique. Catégorisations et idéologies du sexe**. Paris: Côté-femmes « Recherches », 1991.

PARKER, Richard. **Abaixo do Equador. Culturas do Desejo, Homossexualidade Masculina e Comunidade Gay no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

REA, Caterina. Sexualidades dissidentes e teoria queer pós-colonial: o caso africano. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu, v. 01, n. 01, p. 145-165, 2017.

RUBIN, Gayle. *Thinking Sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality*. In: ABELOVE, Henry *et alli*. **The Lesbian and Gay Studies Reader**. New York/London: Routledge, 1992.

TRUJILLO, Gracia. (Pre)ocupando al 15-M. Activismos feministas y queer/cuir en las protestas contra las políticas de austeridad. In: COLLING, Leandro (Org.). **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 69-89.

Submetido em: 23/09/2017

Aceito em: 30/11/2017